



CADERNO 1 – DIÁRIO DO EXECUTIVO

SUMÁRIO

DIÁRIO DO EXECUTIVO	1
Governador do Estado	1
Secretaria de Estado de Governo	2
Controladoria-Geral do Estado	3
Advocacia-Geral do Estado	3
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais	3
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	3
Polícia Civil do Estado de Minas Gerais	3
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	5
Secretaria de Estado de Cultura e Turismo	5
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	5
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social	5
Secretaria de Estado de Fazenda	5
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade	6
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	6
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável	8
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	9
Secretaria de Estado de Saúde	11
Secretaria de Estado de Educação	12
Editais e Avisos	14

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Governo do Estado

Governador: Romeu Zema Neto

Leis e Decretos

LEI COMPLEMENTAR Nº 154, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros resultantes de parcerias e convênios firmados com o Estado e de saldos constantes dos Fundos de Saúde e dos Fundos de Assistência Social dos municípios, provenientes, respectivamente, de repasses da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei complementar:

Art. 1º – Ficam autorizadas aos municípios do Estado, durante a vigência do estado de calamidade pública declarado pelo Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, e ratificado pela Resolução nº 5.529, de 25 de março de 2020, a transposição e a transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, resultantes de parcerias e convênios firmados com o Estado, bem como a transposição e a transferência dos saldos constantes de seus Fundos de Saúde e de Assistência Social provenientes, respectivamente, de repasses da Secretaria de Estado de Saúde – SES – e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese.

Parágrafo único – Excetuam-se da autorização de que trata o caput os convênios firmados com a Secretaria de Estado de Educação cujos recursos sejam vinculados ao percentual constitucional.

Art. 2º – A transposição e a transferência de saldos financeiros de que trata esta lei complementar serão destinadas exclusivamente à realização de ações e serviços públicos de saúde e de assistência social, segundo os critérios definidos, respectivamente, pelos arts. 2º e 3º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, observados pelos municípios os seguintes requisitos:

I – cumprimento dos objetos e dos compromissos previamente estabelecidos em atos normativos do Sistema Único de Saúde ou do Sistema Único de Assistência Social;

II – cumprimento dos objetos estabelecidos nos instrumentos celebrados entre o Estado e o município, na hipótese de convênio;

III – inclusão dos recursos financeiros transpostos e transferidos na Programação Anual de Saúde ou nos programas de assistência social, bem como na respectiva lei orçamentária anual, com indicação da nova categoria econômica a ser vinculada;

IV – ciência aos respectivos Conselhos de Saúde ou de Assistência Social;

V – saldos de recursos vinculados a despesas com saúde só poderão ser transpostos e transferidos para gastos com saúde;

VI – saldos de recursos vinculados a despesa com assistência social só poderão ser transpostos e transferidos para gastos com assistência social.

Art. 3º – Os municípios que realizarem a transposição ou a transferência de que trata esta lei complementar deverão comprovar a execução no respectivo Relatório Anual de Gestão.

Art. 4º – Os valores relacionados à transposição e à transferência de saldos financeiros de que trata esta lei complementar não serão considerados parâmetros para os cálculos de futuros repasses financeiros por parte da SES ou da Sedese.

Art. 5º – Os saldos financeiros remanescentes de convênio, parceria ou instrumento congêneros firmados com os hospitais filantrópicos, durante a vigência do estado de calamidade pública a que se refere o caput do art. 1º, poderão ser utilizados pelos beneficiários para ações de enfrentamento dos efeitos da pandemia de Covid-19, desde que atestado o cumprimento do objeto pelo parceiro e observados os requisitos legais para a formalização de termos aditivos ou novos ajustes e realização dos repasses, sem prejuízo da futura análise da prestação de contas dos recursos estaduais.

Art. 6º – Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.
Belo Horizonte, aos 26 de junho de 2020; 232º da Independência Mineira e 199º da Independência do Brasil.

ROMEU ZEMA NETO

LEI Nº 23.665, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Dá nova redação à alínea “b” do inciso I do art. 12 da Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – A alínea “b” do inciso I do art. 12 da Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12º – (...)

I – (...)

b) artesãos e empreendedores solidários cadastrados nos programas estaduais de apoio ao artesanato e à economia popular e solidária;”

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 26 de junho de 2020; 232º da Independência Mineira e 199º da Independência do Brasil.

ROMEU ZEMA NETO

LEI Nº 23.666, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, causada por coronavírus.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica acrescentado à Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, o seguinte art. 19-A:

“Art. 19-A – O Estado, após o término da vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, divulgará a destinação dos bens, equipamentos e insumos de saúde adquiridos para o enfrentamento da pandemia e em condições de serem reaproveitados.

Parágrafo único – Na hipótese de destinação dos bens, equipamentos e insumos de saúde a municípios e entidades de saúde, o Estado, previamente à destinação, divulgará a relação dos itens disponíveis e os critérios para a seleção dos destinatários.”

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 26 de junho de 2020; 232º da Independência Mineira e 199º da Independência do Brasil.

ROMEU ZEMA NETO

LEI Nº 23.667, DE 26 DE JUNHO DE 2020.

Altera o art. 2º da Lei nº 16.279, de 20 de julho de 2006, que dispõe sobre os direitos dos usuários das ações e dos serviços públicos de saúde no Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Fica acrescentado ao caput do art. 2º da Lei nº 16.279, de 20 de julho de 2006, o seguinte inciso XXV, e, ao mesmo artigo, o § 3º a seguir:

“Art. 2º – (...)

XXV – receber, durante a internação, visitas presenciais ou contato por meio remoto, salvo se houver contra-indicação por razões médicas ou, no caso do contato por meio remoto, quando não houver recursos para viabilizar sua operacionalização, devendo a negativa, em qualquer caso, ser fundamentada e apresentada, por escrito, pela unidade de saúde.

(...)

§ 3º – Para a operacionalização do contato por meio remoto de que trata o inciso XXV do caput, as unidades de saúde poderão contar com equipamentos e recursos advindos de doações, nos termos da legislação vigente.”

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 26 de junho de 2020; 232º da Independência Mineira e 199º da Independência do Brasil.

ROMEU ZEMA NETO



15 a 28/8/2020	Período para constituição do Comitê Local e encaminhamento ao Comitê Estadual, dos nomes dos membros do Comitê Local, pelo e-mail dge.pge@educacao.mg.gov.br .
15a 31/8/2020	Constituição dos Comitês Estaduais de Avaliação e Reunião Técnica com os coordenadores estaduais.
1 a 17/9/2020	Avaliações das inscrições pelos Comitês Locais.
17 e 18/9/2020	O Comitê Local deverá enviar memorando ao Comitê Estadual, pelo mesmo processo SEI que recebeu as inscrições, constando o nome da escola selecionada como "Referência Local", acompanhado do instrumento "Critérios de Seleção", devidamente preenchido.
21 a 30/9/2020	Avaliar e selecionar, dentre as inscrições encaminhadas pelos Comitês Locais, as 3 (três) melhores escolas e conceder à escola classificada em 1º (primeiro) lugar o título de "Escola Referência Estadual".

1 a 15/10/2020	Avaliação do Comitê Nacional para selecionar 27 (vinte e sete) escolas "Referência Estadual".
15 a 30/10/2020	Avaliação do Comitê Nacional e seleção das 5 (cinco) escolas finalistas da Etapa Regional.
30/10/2020	Divulgação das 5 (cinco) escolas finalistas.
1 a 20/11/2020	Visita Técnica às 5 (cinco) escolas finalistas - validação e produção de relatórios técnicos e votação pela Coordenação Nacional do PRÊMIO GESTÃO ESCOLAR (PGE) - EDIÇÃO ESPECIAL 2020.
10/12/2020	Realização da Cerimônia de Premiação com anúncio da escola "Referência Brasil".

76 cm -26 1368993 - 1

DIRETORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATOS DE CONVÊNIOS
Extrato do Convênio nº 1261000523/2020/SEE – Processo SEI nº 1260.01.0027051/2020-18. Assinatura: 26/06/2020. Partes: EMG/Secretaria de Estado de Educação e a Prefeitura Municipal de Laranjal. Objeto: Repasse de recursos financeiros para aquisição de equipamento escolar destinado ao atendimento de alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino, conforme descrito no plano de aplicação de recursos. Valor: R\$ 35.000,00 do Tesouro do Estado e R\$ 936,00 de contrapartida municipal. Dotação: 1261 12 361 106 4303 0001 4 4 40 42 01 0 10 8. Vigência: 730 dias, a contar da data de sua publicação. Assinantes: Augusto César Guimarães de Souza e Sudário Amorim Carneiro.

Extrato do Convênio nº 1261000548/2020/SEE – Processo SEI nº 1260.01.0022491/2020-45. Assinatura: 26/06/2020. Partes: EMG/Secretaria de Estado de Educação e a Prefeitura Municipal de Itaúna. Objeto: Repasse de recursos financeiros para execução de obras objetivando a melhoria da rede física do município, com a execução de reforma com cobertura metálica de área para recreação, na Escola Municipal Dona Cota conforme descrito no plano de aplicação de recursos. Valor: R\$ 125.000,00 do Tesouro do Estado e R\$ 19.692,67 de contrapartida municipal. Dotação: 1261 12 361 106 4303 0001 4 4 40 42 01 0 10 8. Vigência: 730 dias, a contar da data de sua publicação. Assinantes: Augusto César Guimarães de Souza e Neider Moreira de Faria.

Extrato do Convênio nº 1261000445/2020/SEE – Processo SEI nº 1260.01.0026275/2020-18. Assinatura: 26/06/2020. Partes: EMG/Secretaria de Estado de Educação e a Prefeitura Municipal de Caldas. Objeto: Repasse de recursos financeiros para execução de obras objetivando a melhoria da rede física do município, com a execução de ampliação, na Escola Municipal João Ferreira Elias Amarante, conforme descrito no plano de aplicação de recursos. Valor: R\$ 100.000,00 do Tesouro do Estado e R\$ 254,00 de contrapartida municipal. Dotação: 1261 12 361 106 4303 0001 4 4 40 42 01 0 10 8. Vigência: 730 dias, a contar da data de sua publicação. Assinantes: Augusto César Guimarães de Souza e Alessandro Conceição Queiroz.

8 cm -26 1368990 - 1

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS
2º Termo Aditivo ao Contrato n.º 9195806/2018.SEI nº 2350.01.0000184/2018-02. Partes: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG e FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FUNDEP (REDE COMEP). Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 12 meses, a partir de 24 de julho de 2020. Valor do Contrato: R\$ 120.000,00. Vigência: 24.07.2020 a 23.07.2021. Assinatura: 22.06.2020.

2 cm -26 1368837 - 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO UNIMONTES Nº 21/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CARREIRA DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
RESULTADO FINAL DA PROVA DIDÁTICA E DA PROVA DE TÍTULOS PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
O Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no uso de suas atribuições, considerando o edital em epígrafe, INFORMA:
O Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no uso de suas atribuições, considerando o edital em epígrafe e suas retificações, INFORMA:
1. FICA RETIFICADO o resultado final da subárea 21.3.1 do edital em epígrafe, publicado na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais do dia 09 de março de 2016, para a forma constante no Anexo Único, em virtude da decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 5014710-98.2019.8.13.0433.

Montes Claros/MG, 25 de junho de 2020.
Professor Antônio Alvimar Souza
Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

ANEXO ÚNICO – RESULTADO FINAL
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Inscrição	Nome	Identidade	Data de Nascimento	Código Subárea	Área - Subárea - Titulação Mínima - Local de Trabalho - Carga Horária	Class. Final	Total de Pontos	Total Prova Conhec.	Total Prova Didática	Total Prova Títulos
1421802856	Priscilla Caires Santana Afonso	10740020	29/11/1978	21.3.1	Geografia - Geografia Agrária - Doutorado - Montes Claros e/ou Pirapora - 40h	1	248,70	71,30	84,60	92,80
1421802492	Anderson Willians Bertholi	4650442	23/05/1974	21.3.1	Geografia - Geografia Agrária - Doutorado - Montes Claros e/ou Pirapora - 40h	2	202,40	72	73,2	57,20

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO UNIMONTES Nº 22/2014, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CARREIRA DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
RESULTADO FINAL DA PROVA DIDÁTICA E DA PROVA DE TÍTULOS PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

O Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, no uso de suas atribuições, considerando o edital em epígrafe e suas retificações, INFORMA:
1. FICA RETIFICADO o resultado final da subárea 22.1.7 do edital em epígrafe, publicado na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais do dia 09 de junho de 2015, para a forma constante no Anexo Único, em virtude da decisão judicial exarada nos autos do Mandado de Segurança n.º 0433.15.023.336-2.

Montes Claros/MG, 25 de junho de 2020.
Professor Antônio Alvimar Souza
Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

ANEXO ÚNICO – RESULTADO FINAL
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Inscrição	Nome	Identidade	Data de Nascimento	Código Subárea	Área - Subárea - Titulação Mínima - Local de Trabalho - Carga Horária	Class. Final	Total de Pontos	Total Prova Conhec.	Total Prova Didática	Total Prova Títulos
1421801916	Alessandro De Almeida	MG10666743	29/05/1978	22.1.7	História - História da Educação - Especialização - Januária e/ou Janaúba e/ou Almenara e/ou Espinosa e/ou Brasília de Minas e/ou Pirapora e/ou Paracatu - 20h	1	263,3	76	87,4	99,9
1421804215	Jose Normando Goncalves Meira	M306533	23/09/1963	22.1.7	História - História da Educação - Especialização - Januária e/ou Janaúba e/ou Almenara e/ou Espinosa e/ou Brasília de Minas e/ou Pirapora e/ou Paracatu - 20h	2	245,2	76	94,8	74,4
1421802228	Vania Maria Siqueira Alves	M3870298	28/01/1967	22.1.7	História - História da Educação - Especialização - Januária e/ou Janaúba e/ou Almenara e/ou Espinosa e/ou Brasília de Minas e/ou Pirapora e/ou Paracatu - 20h	3	242	92	85,7	64,3
1421805544	Valeria De Castro Santana	MG5433182	07/01/1971	22.1.7	História - História da Educação - Especialização - Januária e/ou Janaúba e/ou Almenara e/ou Espinosa e/ou Brasília de Minas e/ou Pirapora e/ou Paracatu - 20h	4	201,5	71	74,7	55,8

40 cm -25 1368457 - 1

ATO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL UNIMONTES Nº 20/2014, PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CARREIRA DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
O Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no item 1.3 do Edital UNIMONTES N.º 20/2014, publicado em 2 de outubro de 2014, prorroga por 2 (dois) anos o prazo de validade do concurso público em referência. Para o cargo de "Professor de Educação Superior", passam a vigorar as datas abaixo:

Código Subárea	Área - Subárea - Titulação Mínima - Local de Trabalho	Data de Homologação	Vigência até
20.10.1	Anatomia Humana: Anatomia Humana - 20.10.1 (40 horas)	28/06/2018	28/06/2022
20.2.3	Bioquímica - Bioquímica - Mestrado - Montes Claros e/ou Janaúba e/ou Januária e/ou Unai	28/06/2018	28/06/2022
20.8.1	Morfologia - Embriologia Humana - Mestrado - Montes Claros	28/06/2018	28/06/2022

ATO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL UNIMONTES Nº 26/2014, PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CARREIRA DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
O Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no item 1.3 do Edital UNIMONTES N.º 26/2014, publicado em 2 de outubro de 2014, prorroga por 2 (dois) anos o prazo de validade do concurso público em referência. Para o cargo de "Professor de Educação Superior", passam a vigorar as datas abaixo:

Código Subárea	Área - Subárea - Titulação Mínima - Local de Trabalho	Data de Homologação	Vigência até
26.1.5	Medicina: Pediatria - 26.1.5 (40 horas)	28/06/2018	28/06/2022

ATO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL UNIMONTES Nº 8/2014, PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CARREIRA DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
O Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no item 1.3 do Edital UNIMONTES N.º 8/2014, publicado em 2 de outubro de 2014, prorroga por 2 (dois) anos o prazo de validade do concurso público em referência. Para o cargo de "Professor de Educação Superior", passam a vigorar as datas abaixo:

Código Subárea	Área - Subárea - Titulação Mínima - Local de Trabalho	Data de Homologação	Vigência até
8.5.5	Engenharia Civil - Materiais de Construção - Especialização - Montes Claros	28/06/2018	28/06/2022

14 cm -26 1368892 - 1

FUNDAÇÃO CAIO MARTINS - FUCAM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020-PROCESSO Nº 2161001000004/2020.
A Fundação Educacional Caio Martins - FUCAM, por meio Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 2161001000004/2020, dia 28/07/2020, terça-feira, às 09h30min., horário oficial de Brasília, objetivando contratação de empresas para prestação de serviços de vigilância e segurança eletrônica; serviço de instalação de forro PVC, serviço de recomposição de forro PVC, serviço de serralheria, serviço de manutenção e reparo em sistema de caixa d'água e serviço de vidraçaria, para atender demanda do Centro Educacional, localizado no município de Januária/MG. Conforme descrito e especificado no Anexo 1 do Edital 01/2020. As propostas deverão ser encaminhadas, por meio do site www.compras.mg.gov.br, a partir do dia 01/07/2020. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.compras.mg.gov.br. Maiores informações pelos telefones: (31) 98710-2723/(31) 99146-0922 ou pelo e-mail: gilmar.pereira@fucam.mg.gov.br e/ou cleria.alves@fucam.mg.gov.br. Belo Horizonte, 26 de junho de 2020.

4 cm -26 1368520 - 1

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI FAZ O ESTADO DE MINAS GERAIS por intermédio da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CAIO MARTINS E PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO-MG DO OBJETO: É objeto deste termo, a cessão de uso gratuita do imóvel situado no Centro Educacional de Riachinho, com área total de terreno medindo 100 m2 (10 x 10 m) sob as coordenadas WO 45° 43' 55.5" e S16° 24' 50.5" naquele Centro Educacional, de propriedade da Cedente. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente cessão de uso tem vigência de 05 (cinco) anos, renováveis por igual período, contados a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais. DA UTILIZAÇÃO: O imóvel será utilizado pelo CESSIONÁRIO para perfuração do poço artesiano, para suprir a demanda de água do Povoado de Conceição no Município de Riachinho. Data da assinatura: 26 de junho de 2020.

4 cm -26 1368704 - 1

